

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

CANMERY MOREIRA DAUTRO

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E INFORMAÇÃO: perfil das mulheres
atendidas no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra-2007**

JOÃO PESSOA - PB

2013

CANMERY MOREIRA DAUTRO

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E INFORMAÇÃO: perfil das mulheres
atendidas no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra-2007**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Gisele Rocha Côrtes

JOÃO PESSOA - PB

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D244v Dautro, Canmery Moreira.

Violência contra mulheres e informação: perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra - 2007. / Canmery Moreira Dautro. – João Pessoa: UFPB, 2013.

59 f.: il.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Gisele Rocha Côrtes.
Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – UFPB/CCSA.

1. Informação. 2. Profissional da informação. 3. Violência contra mulheres. 4. Centro de Referência da Mulher. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 007:343.6-055.2(043.2)

CANMERY MOREIRA DAUTRO

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E INFORMAÇÃO: perfil das mulheres
atendidas no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra-2007**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Monografia aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Gisele Rocha Côrtes
Orientadora

Prof^a. Dr^a Izabel França de Lima
Examinadora

Prof^a. Ms. Alba Ligia de Almeida Silva
Examinadora

Às duas mulheres da minha vida,
Luiza, minha vó (*in memoriam*) e Cícera, minha mãe.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

À Dona Cícera, minha mãe, por cuidar de mim, por me apoiar sempre, apoio sem o qual não teria conseguido chegar até aqui.

À meu tio Juvenal, meu “paTIOcinador”, por me apoiar, pelo esforço pra suprir minhas necessidades, minha eterna gratidão.

À meu irmão, Grazziany por sempre me incentivar a estudar, pela disposição em me ajudar sempre que preciso e por acreditar que eu poderia concluir um curso superior.

À minha irmã, Patricia pelo apoio e boas risadas, pelos bons conselhos que insisto em não seguir, como mulher, num mundo tão machista, você é meu exemplo de superação, você e Dal são os melhores irmãos do mundo. “socialismo sem Karl Marx, IASD sem White, sou eu assim sem vocês”.

Aos meus amigos/as Adventistas do Sétimo Dia, por juntos cultivarmos princípios que permearam minha vida acadêmica, nossos momentos foram como pistas que deixamos ao longo do caminho para que não esqueça de onde vim, quem sou e para onde retornarei.

A todos/as os/as professores/as que contribuíram para a minha formação.

À Gisele Rocha, minha orientadora, pessoa sem a qual este trabalho não teria se realizado e cuja paciência peculiar admiro demais. Muito obrigada!

Às professoras Izabel França e Alba Lígia por terem, gentilmente, aceitado participar da banca examinadora.

Ao pessoal do Projeto Escola Zé peão, com os quais aprendi muito no período em que fui bolsista.

Aos inesquecíveis amigos/as da UFPB, que me arretaram, me incentivaram, mas sempre com aquele velho e bom humor. Amo vocês!

À galerinha dos Encontros estudantis, pelos bons momentos, vocês não imaginam o quanto aprendi com vocês.

Enfim, a todos/as que torceram, que acreditaram, que fizeram piada, que riram da longa duração deste trabalho. Valeu gente!

RESUMO

A pesquisa abordou a violência contra mulheres e informação, tendo como campo de pesquisa o Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra” (CRMEB), da cidade de João Pessoa/PB. A violência contra mulheres constitui um grave fenômeno social alicerçada em profundas desigualdades de gênero construídas socialmente. Nesta dinâmica, a pesquisa teve como objetivos traçar o perfil das mulheres que sofreram violência do (ex) companheiro, (ex) marido e (ex) namorado, atendidas no CRMEB, no ano de 2007, destacando a faixa etária, a situação conjugal, a escolaridade, a renda, a caracterização étnico-racial e a relação com o autor da violência. Utilizou-se como metodologia a pesquisa documental e exploratória, com abordagem quantitativa. Os resultados indicaram 112 mulheres acessaram o CRMEB, no ano de 2007. Os dados apontaram que a disseminação de informação sobre o perfil das mulheres é essencial para visibilizar o fenômeno, prevenir e publicizar a violência contra mulheres. A informação constitui um instrumento para a ressignificação de padrões hierárquicos de gênero e para o planejamento de políticas públicas de enfrentamento da violência contra mulheres.

Palavras-chave: Informação. Profissional da Informação. Violência contra mulheres. Centro de Referência da Mulher.

ABSTRACT

Violence against women is a widespread social phenomenon that affects women around the world, regardless of race, social class, education. This violence is often naturalized, because in society sexist culture prevails, we emphasize that such violence is not good to the entire society, it generates inequality and gender prejudice. We believe that information is an instrument of social transformation, when treated as a process, is a two-way road where individuals informed transform the medium to the time they are processed, reciprocally and simultaneously. This research focuses on violence against women and information about it on the Reference Center for Women "Ednalva Bezerra" (CRMEB), in Joao Pessoa, Paraiba, Brazil. In 2007, we interviewed a hundred and twelve women in the CRMEB who suffered violence (ex) partner, (ex) husband or (ex) boyfriend. We used a quantitative age, marital status, education, income, ethnic and racial characteristics and types of violence and the relationship with the author of violence,. Data indicate that s / he has information vital importance in organization, systematization and dissemination of information on units that work with violence against women, contributing to the understanding of the dynamics of violence and the strengthening of public policies on prevention, publicity and ensuring the human rights of women.

Keywords: Violence against women. Information. Information Professional. Reference Center for Women.

LISTA DE SIGLAS

BRAPCI - Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CEBELA - Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos

CEDM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

CEPIR - Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial

CI - Ciência da Informação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRAMs - Centros de Referência de Atendimento à Mulher

CRMEB - Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra

DEAMs - Delegacia Especial em Atendimento às Mulheres

EUA - Estados Unidos da América

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis

MEMEX - Memory Extension

ONG - Organização Não-governamental

PEA - População Economicamente Ativa

REAMCAV - Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência

SEEP - Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres

SOS-VIOLÊNCIA - Centros de Socorro

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

SPPM - Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|------------------------------------------------------------|----|
| GRÁFICO 1 – Faixa etária..... | 40 |
| GRÁFICO 2 – Caracterização étnico-racial..... | 41 |
| GRÁFICO 3 – Situação conjugal..... | 43 |
| GRÁFICO 4 – Escolaridade..... | 44 |
| GRÁFICO 5 – Renda..... | 45 |
| GRÁFICO 6 – Relação com o/a autor da violência..... | 46 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 | CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: breve histórico..... | 13 |
| 2.1 | ESTUDOS SOBRE MULHERES E INFORMAÇÃO..... | 18 |
| 3 | VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES..... | 23 |
| 3.1 | MOVIMENTO FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 27 |
| 3.2 | CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER: unidades de informação..... | |
| 3.3 | GESTÃO DA INFORMAÇÃO..... | 30 |
| 3.4 | A GESTÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES..... | 33 |
| 3.5 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA NO ESTADO DA PARAÍBA..... | 34 |
| 4 | UNIVERSO DA PESQUISA: Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra..... | 37 |
| 5 | METODOLOGIA..... | 38 |
| 6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES..... | 38 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 47 |
| | REFERÊNCIAS..... | 49 |

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa abordou a violência contra mulheres e informação, tendo como campo de pesquisa o Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra” (CRMEB), da cidade de João Pessoa. O presente estudo pretende mostrar a importância da gestão da informação numa unidade de informação que lida com mulheres em situação de violência, com objetivo de sistematizar as informações e gerar dados estatísticos que colaborem com a visibilidade da violência contra as mulheres, e que sirvam para embasar ações, na criação de políticas públicas de enfrentamento à violência.

Observamos certa deficiência no que tange às informações estatísticas que demonstrem a dimensão da violência contra mulheres, para Okabe e Fonseca (2009), Prá (2010) esses dados existem em diversos órgãos que atendem mulheres em situação de violência, no entanto, não são sistematizados. Tendo em vista essa lacuna, esta pesquisa justifica-se pela necessidade da gestão da informação no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), que produz informações estatísticas a fim de elaborar diagnósticos que contribuam com o enfrentamento da violência e disseminação de informações úteis para que as mulheres fiquem cientes de seus direitos.

A violência contra mulheres é uma modalidade da violência de gênero; é um problema social que cotidianamente acomete mulheres em todo o mundo. Essa violência afeta mulheres de distintas classes sociais, raça/etnia, classe social, nível educacional, faixa etária, embora, como será mostrado posteriormente, algumas mulheres estejam mais suscetíveis. Essa violência é baseada em relações de poder construídas historicamente e que conferem aos homens supremacia, subordinando mulheres e termina por ser danosa a toda sociedade, pois é refletida nas desigualdades de gênero que colocam as mulheres em situação de desigualdade no mercado de trabalho, na participação política, no acesso à saúde, dentre outros.

Pesquisas recentes mostram que a violência perpetrada contra mulheres, em sua maioria acontece no ambiente doméstico e que o autor da agressão é em sua maioria o companheiro ou ex companheiro da mulher. Dentre as agressões sofridas por elas, estão a violência física, sexual, patrimonial, psicológica, moral.

Há uma banalização dessa violência, devido estar alicerçada em uma cultura machista que a permeia, mesmo esta sendo uma clara violação dos direitos humanos, desta forma, é essencial a publicização dessa violência através de dados estatísticos que mostrem sua dimensão, incentivando a discussão sobre a temática a fim de conscientizar a população sobre a problemática.

A pesquisa foi realizada a partir da descrição dos dados das mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher, no ano de 2007, e que sofreram agressão por parte do companheiro, ex-companheiro, marido, ex-marido e ex-namorado, totalizando 112 mulheres. A pesquisa pretendeu traçar o perfil das mulheres quanto à faixa etária, situação conjugal, relação com o/a autor/a da violência, tipo de violência sofrida, escolaridade, raça/etnia, renda e ocupação.

Quanto à estrutura, o texto apresenta-se da seguinte forma: No primeiro capítulo traçamos um breve histórico da CI, seus principais acontecimentos até sua consolidação com ciência, citamos conceitos de informação os quais se relacionam com a função social da CI. O mesmo capítulo traz uma discussão acerca da temática mulheres e informação, abordando estudos sobre o tema, salientando a necessidade de estudos que articulem CI e violência contra mulheres.

O segundo capítulo dedica-se ao estudo da violência contra mulheres, iniciamos com a definição de violência e violência contra mulheres, mostra as formas pelas quais esta acontece e dados estatísticos que demonstram a magnitude dessa violência e que a diferenciam da violência cometida contra homens. O mesmo capítulo traz comentários no que se refere às relações de gênero, seu conceito e discorre sobre a construção histórica dessas relações. Abordamos também a essência do Movimento Feminista, políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres e a criação de órgãos importantes, como as DEAM's, os CRAM's e gestão da informação no que diz respeito ao mapeamento dessa violência.

O capítulo posterior fala do Centro de Referência da mulher Ednalva Bezerra, nosso campo de pesquisa. Na seqüência descrevemos como foi desenvolvida a pesquisa. No quinto capítulo apresentamos os resultados obtidos, onde descrevemos o perfil das mulheres atendidas no CRMEB no ano de 2007.

Nas considerações finais destacamos a importância da informação, através dos dados sistematizados pelo CRMEB, para planejamento de políticas públicas de enfrentamento da violência contra mulheres.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: breve histórico

A Ciência da Informação (CI) é considerada uma ciência relativamente recente, seus primeiros indícios datam da década de 40, mas só entre 1961 e 1962 que foi dada a primeira definição formal à Ciência da Informação, no Georgia Institute of Technology.

O surgimento da Ciência da Informação está ligado a vários acontecimentos, dos quais Pinheiro (2002) afirma estarem representados nos seguintes eventos: Avanço científico, tecnológico e explosão bibliográfica como resultado da Segunda Guerra Mundial e necessidade de organização, de disseminação do conhecimento e o surgimento de novas tecnologias. Miranda (2002, p. 9) afirma que:

A Ciência da Informação tem origem no fenômeno da “explosão da informação” (ligado ao renascimento científico depois da 2ª guerra Mundial) e no esforço subsequente de “controle bibliográfico” e de tratamento da documentação implícita no processo. Teria surgido conseqüentemente de uma práxis específica no âmbito da indústria da informação, na tentativa de organizar a literatura científica e técnica por meio de serviços e produtos para as comunidades especializadas, tarefa que migrara das bibliotecas tradicionais para os novos sistemas informacionais, com o concurso de profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Ainda discorrendo sobre importantes acontecimentos quanto ao surgimento da CI, em 1945, Vannevar Bush, propôs uma solução para a questão da explosão informacional ocorrida pós Segunda Guerra: A criação de uma máquina chamada MEMEX, para dar apoio, memória e armazenamento de conhecimentos. MEMEX teria a função de preencher as lacunas das falhas na memória humana. Bush é considerado o precursor da atual Web e suas ideias encantaram a época. Logo, os/as cientistas e os/as engenheiros/as, principalmente, os dos EUA começaram a investir e financiar projetos para o controle da explosão informacional (SARACEVIC, 1996).

Quanto à delimitação do campo de atuação da CI, autores/as não tinham consenso, relacionando-a sempre à ciências afins como: Biblioteconomia e Informática; outros/as autores/as ainda citam “Ciências da Informação”, no plural, ou a consideram a continuação da Biblioteconomia. Só em 1992 Saracevic (1996) citou quatro áreas que tinham relações disciplinares com a Ciência da Informação: Ciências da Computação, Biblioteconomia, Ciência Cognitiva e Comunicação. Na

gênese da Ciência da Informação as palavras mais reproduzidas eram Bibliografia, Documentação e, não informação. Só mais tarde, na década de 50, a denominação de informação científica é citada em artigos técnicos e científicos (PINHEIRO, 2002).

Consideramos interessante expor aqui uma cronologia onde autores/ trataram de temas relevantes à consolidação da área da CI: Em 1931, Paul Otlet e Henri La Fontaine sugerem a substituição do termo Bibliografia por documentação, argumentando que este abrange uma gama maior, que são os documentos (fotos, mapas, manuscritos, microfilmes, etc.) e aquele se refere mais especificamente a livros. Em 1934, Otlet trouxe temas importantes à Ciência da Informação e anunciou Bibliometria ou Bibliossociometria e palavras como documentos, informação, integração e cooperação de bibliotecas, arquivos e museus - lembrando que atualmente, o autor, mais do que nunca continua sendo citado e estudado devido aos seus conteúdos que vão além do seu tempo. (PINHEIRO, 2002). Shera e Cleveland (1977 *apud* PINHEIRO 2002 p. 65) propuseram a distinção entre os termos Biblioteconomia e Documentação, argumentando que Documentação refere-se “à bibliotecas não convencionais e técnicas de tratamento para organização e análise de documentos diferentes de livros”. É conveniente ressaltar que, a preocupação em distinguir os termos como Biblioteconomia e Documentação era mais fomentada no exterior do que mais propriamente no Brasil.

Considerando o exposto, observamos que a CI contou um vasto referencial teórico para consolidar-se cientificamente, com contribuições indispensáveis de teóricos/as os quais buscaram explicá-la, associá-la, delimitar seu campo de atuação e objeto de estudo.

Com efeito, é pertinente apresentar que a Ciência da Informação não tem um registro oficial em si, mas é constituída por um conjunto de fatores científicos ou não que levaram ao surgimento da área. Se por um lado, essa quantidade de fatores que originaram a Ciência da Informação dificulta o entendimento sobre o assunto, por outro, mostra que a Ciência da Informação está atrelada a um arcabouço teórico relativamente promissor em termos científicos (SILVA; FREIRE, 2012, p. 25).

Em um contexto social, ao analisarmos o surgimento da CI, seu papel social enquanto ciência preocupada com questões relacionadas à organização e à disseminação da informação, Freire (2004) analisa que o verdadeiro fundamento da

CI parece residir em sua responsabilidade social. Contemporaneamente podemos considerar que a CI,

É uma ciência aplicada com possibilidades de ser utilizada nos mais diversos contextos organizacionais, sociais e individuais. Em sua vertente social, identifica-se com o estudo da comunicação, da informação na sociedade, facilitando o processo de transferência da informação e, desta forma, efetivamente contribuindo para a construção da cidadania (TARAPANOFF, 2006 p. 20).

São diversos os conceitos de informação, que divergem tendo em vista as correntes teóricas, metodológicas e o contexto social de seu surgimento.

Segundo Le Coadic (2004), a informação é um conhecimento que é registrado de forma escrita, seja ele impresso ou digital, oral ou audiovisual, em algum suporte. Barreto (1994) analisa a informação sob dois diferentes pontos de vista: 1. A informação como a adequação de um processo de comunicação que se efetiva entre emissor e receptor da mensagem; 2. As definições que relacionam a informação à produção de conhecimento no ser humano.

A ideia do autor acerca da informação é direcionada a ação de seres vivos racionais, mas não deixa de considerar que esta aconteça em sistemas de identidades inanimadas. Considera a informação como (1994, p. 1) “adequação de um processo de comunicação que se efetiva entre o emissor e o receptor da mensagem” e que esta pode ser definida com olhar direcionado ao gerador ou receptor. Quando percebida de um ponto de vista do/a gerador/a da informação pode indicar a “relação estática entre objetos materiais (sem ação humana)” ou indicar mensagem num processo de transferência e se percebida de um ponto de vista do receptor dá ênfase ao sentido semântico.

Barreto (1994) diz que as melhores definições estão relacionadas à ação humana, pois aqui a informação tem intenção e atua na transformação do estoque mental e da consciência individual e coletiva, satisfazendo, portanto um papel de responsabilidade social. O autor afirma que a informação quando devidamente apreendida gera conhecimento.

O texto de Capurro (2007) é bastante completo no que se refere ao termo informação, aborda a informação desde a etimologia e o significado do termo na história até a pós-modernidade. Segundo o autor, na Idade Média, o termo

informação era usado com o significado de “moldar, dar forma”, no entanto, houve uma transição de ideias onde o vocábulo passou a ser usado no sentido de “comunicar alguma coisa a alguém”.

Para Capurro e Hjørland (2007), o conceito de informação tem seu alicerce na perspectiva histórica e hermenêutica, e em cuja proposta é imprescindível conceber o sujeito cognitivo, os processos interpretativos, os diferentes contextos, as mídias e a função social dos sistemas de informação. Nesta perspectiva, a informação é dinamizada por agentes sociais, em contextos, mecanismos e critérios construídos historicamente, sendo esta a proposta que nos ancoramos.

A geração, coleta, organização, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação deve, portanto, ser baseada em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer. Em bibliotecas públicas, esses objetivos estão relacionados à função democrática da biblioteca pública na sociedade [...] nos estudos femininos, à compreensão e emancipação das mulheres [...] (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 188)

A ideia medieval sobre informação é humanista, diferente da moderna, que considera não apenas seres vivos, mas também vários tipos de sistemas que produzem, processam e compartilham informação. Capurro; Hjørland (2007 p. 194) afirmam que, “Quando representamos dados em nossos sistemas de informação, o fazemos a fim de dar suporte a certas atividades humanas [...] O que consideramos como informação deveria também ser um reflexo da função social do sistema de informação”.

Considerando que Buckland (1991) discorre de forma didática sobre o uso do termo informação, apresenta três significados para o conceito:

- a) Informação como processo: A informação tratada como sendo o ato de dizer algo ou informar um conhecimento ou notícia. Nesse caso, a informação tem efeito modificador no indivíduo, já que essa nova informação alterará o conteúdo de conhecimento do/a receptor/a.
- b) Informação-como-conhecimento – É a assimilação do que foi comunicado na informação como processo; a informação que foi compreendida ou assimilada; É intangível e algo intrínseco ao indivíduo, se refere basicamente a opiniões, algo subjetivo.

c) Informação-como-coisa: Pode-se dizer que é a informação materializada, a representação da informação. Refere-se a objetos como dados e documentos de caráter informativo e de instrução.

O autor não define informação, mas enuncia e analisa o termo, podemos através da leitura de seu texto, dizer que, informação tanto pode ser um conjunto de dados que tenha como finalidade informar, como a assimilação desse processo de informar, tornando-se quase impossível separar os termos informação e conhecimento.

Podemos observar que em Barreto, (1994), Capurro (2007) e Buckand (1991) suas ideias assemelham-se no que tange à comunicação da informação e seu efeito nas transformações advindas desse processo, parece-nos consenso entre os autores que a informação seja capaz de trazer mudança pelo conhecimento.

Nascimento e Marteleto (2004) buscaram um conceito de informação que aproximasse a Ciência da Informação das Ciências Sociais, partindo do princípio de que a informação hoje é parte intrínseca da cultura e sociedade; amparam-se para isso na Sociologia da Cultura de Pierre Bourdieu que diz que o espaço social é basificado pelas ações e interações sociais dos sujeitos sociais, mas também molda as características sociais dos atores envolvidos. Logo o espaço social é formado pela ação do sujeito, mas os molda. Essa ideia de “informação construída” é muito próxima de Birger Hjørland (1995, 1997, 2002) que concebe a informação como uma mudança no conhecimento do receptor, isto é, deixar de olhar a informação como algo físico e passar a olhá-la como um fenômeno social, coletivo e que transforma estruturas (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004). Neste sentido, outorgam à Ciência da Informação uma responsabilidade social, uma vez que a mesma não é abordada somente como um termo, mas um fenômeno social, ou seja, migrar de um pensamento quantitativo (informação-coisa) e vê-la como algo historicamente construído.

Freire e Araújo (1999 p. 4) ao discorrerem sobre a CI, afirmam que,

A área de atuação dessa nova ciência se define, assim, a partir da responsabilidade social de facilitar a comunicação de mensagens entre um emissor e um receptor humanos. Isso implica que seu objeto de estudo pertence ao universo dos fenômenos de comunicação social, em particular a comunicação entre uma fonte emissora de mensagens contendo

conhecimento capaz de promover mudanças nas estruturas cognitivas de um receptor.

Frente a estas considerações, podemos inferir a respeito da importância da informação na sociedade atual, na construção da cidadania, como instrumento de transformação e busca de autonomia - no caso específico deste trabalho, a organização, o acesso e a disseminação de informação sobre o perfil das mulheres atendidas no CRMEB - podendo enquanto profissional da informação contribuir para o delineamento de políticas públicas mais condizentes com as necessidades informacionais das mulheres em situação de violência.

2.1 ESTUDOS SOBRE MULHERES E INFORMAÇÃO

Na sociedade da informação, onde constantemente as pessoas estão interligadas, a informação passa a ser fundamental no cotidiano, em todas as atividades, pois através dela são gerados conhecimentos que auxiliarão os agentes sociais para tomarem decisões, nos mais diversos espaços sociais. Sendo assim, consideramos também que a informação seja um dos meios pelos quais podemos superar as contradições de gênero, étnico-raciais e de classe. No tocante às desigualdades que acometem as mulheres, como por exemplo, desigualdade salarial no mercado de trabalho, assédio sexual e moral, dupla jornada de trabalho, baixa participação das mulheres em espaços de poder, as cruéis violências de que são vítimas, a informação assume papel fundamental para o empoderamento das mulheres. (SILVA; BARBOSA; SOUSA, 2006).

Nesta linha Araújo, (1999 p. 155) afirma que:

[...] a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres, ou seja, depende da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e com maiores oportunidades para todos os cidadãos.

Em pesquisa realizada com professoras da rede pública de Ensino Médio do Estado de Santa Catarina, Nascimento (2003) traçou o perfil das profissionais e

identificou as necessidades informacionais, os meios de acesso, as insatisfações e os anseios de informação das mesmas enquanto mulheres e professoras. A autora constatou que a maior parte das entrevistadas eram solteiras, brancas, católicas, na faixa etária entre 31 e 40 anos, com nível superior. Com relação ao acesso de informações sobre mulheres, gênero, somente 13% das entrevistadas declararam conhecer bibliotecas, bases de dados ou páginas na Internet que abordassem o assunto; a grande maioria, 87% afirmou desconhecer unidades de informação, páginas da internet que tratassem da sua situação profissional, e todas relataram curiosidade em conhecer tais canais de informação, referendado pelo fato de 64% anunciarem que seria importante a criação de uma biblioteca específica, em Santa Catarina, com assuntos referentes às mulheres. No tocante aos temas considerados mais importantes a serem disponibilizados na Internet, as entrevistas enunciaram: saúde, educação, política, gênero, mercado de trabalho, violência, ciência e tecnologia. Com relação ao acesso à informação, todas as mulheres, foram unânimes em concordar que a informação colabora para que as mulheres possam exercer sua cidadania. Dentre as argumentações, encontramos:

A informação proporciona o poder do conhecimento de seus direitos; o acesso à informação faz a mulher se reconhecer como parte importante da sociedade [...]. A informação age diretamente no comportamento e nas chances que as mulheres teriam em derrubar preconceitos, arrumar empregos melhores, o que minimizaria as diferenças sociais; Desinformação é tática para o poder continuar inabalável (NASCIMENTO, 2003, p. 138)

Wolf *et al* (2010), em pesquisa com mulheres costureiras de uma cooperativa, constataram que a inclusão digital, a aprendizagem da utilização do computador, foram de suma importância para o empoderamento das mulheres, ou seja, para que se sentissem autônomas e para o fortalecimento da cooperativa de forma geral.

Com relação a essa temática, Ferreira (2003) afirma ser necessária a construção de uma nova identidade na Biblioteconomia para que a prática profissional e teórica dos/as profissionais possa contribuir na redução das desigualdades de gênero. O redimensionamento da profissão, na visão da autora, passa pela compreensão dos mecanismos que aloca mulheres em posições de desvalorização na sociedade e na profissão, pelo questionamento do papel do/a

bibliotecário/a, pela revisão de currículos e das unidades de informação, que podem se configurar como instrumentos de combate a diversos tipos de discriminações contra as mulheres.

Nesta direção, o estudo de Harris *et al.* (2001), evidenciou a importância da informação no enfrentamento à violência contra mulheres, e o papel das bibliotecas nesse processo. As autoras entrevistaram cento e cinco mulheres que sofreram agressão de seus parceiros, nos Estados Unidos. As mulheres responderam questões relativas à: tipo de agressão, o local de ocorrência, a reação da vítima, o tipo de ajuda procurada e qual a utilidade do apoio na resolução do problema. Um dos objetivos da pesquisa estava centrado em conhecer informações, acerca dos canais formais e informais acessados por essas mulheres. As autoras observaram que os tipos de assistência que as vítimas mais buscaram foram: aconselhamento e apoio emocional para a compreensão e enfrentamento da situação. Um dos pontos de destaque na investigação incidiu no fato de que, as entrevistadas relataram que a leitura constituiu um importante instrumento para lidar com as agressões sofridas, e no encorajamento para quebrar o ciclo de violência.

Um dos trabalhadores [em abrigo de mulheres] me deu uma cópia do livro *Coragem, para curar*. Eu li este livro e foi um ponto de viragem. Depois que eu li, eu decidi deixar a relação de forma permanente. Eu estava habilitada pela leitura deste livro e percebi que eu não queria que o ciclo de violência que eu tenho experimentado como uma criança e como um adulto para ser repetido em meus filhos. (HARRIS *et al.* 2001, p. 11)

Reconhecendo essa importância Harris *et al.* (2001) defendem que vários setores da sociedade deveriam estar mobilizados a fim de criar mecanismos que possam contribuir para o enfrentamento à violência contra mulher e que a biblioteca pública pode desempenhar um papel importante através de serviços de informação direcionados a essa questão.

Entender as questões de gênero e analisá-las no contexto da Ciência da Informação a partir de uma perspectiva social capaz de transformar a sociedade faz-se necessário, no entanto percebemos poucos estudos que tratem de gênero e informação. Santo (2008) analisou artigos científicos que trataram do tema gênero na Ciência da Informação, publicados entre 2000 e 2007, sua pesquisa encontrou 18 artigos publicados por autores de outros países em 14 revistas internacionais, seis publicados em revistas nacionais e quatro apresentados em Encontro Nacional de

Pesquisa em Ciência da Informação, a autora pôde perceber nessas publicações a falta de abordagem do tema gênero no que tange à literatura acadêmica que trate de gênero e de informação.

Quanto a esta questão, Santo (2008 p. 328) faz a seguinte afirmação,

Podemos supor que esse quadro seja um reflexo de nossa sociedade e da cultura ocidental, acostumada a manter as questões de gênero em segundo plano. Os problemas enfrentados hoje pelas mulheres têm raízes históricas e sociais, são vistos como naturais até por elas mesmas e, como tal, difíceis de serem combatidos.

Em pesquisa mais recente, Bufren e Nascimento (2012) analisaram dentre outras questões, a frequência e como a questão de gênero tem sido contemplada na literatura científica na área de Ciência da Informação no Brasil, consultando a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). No decorrer de 40 anos, que abrangeram o período de 1974 a 2011, foram identificados somente 74 artigos, escritos por 102 diferentes pesquisadores/as. As autoras afirmam que houve, nos últimos anos, aumento na publicação de artigos tratando do tema gênero e que os/as autores/as são predominantemente mulheres, no entanto, salientam que tais pesquisas devem ser cada vez mais estimuladas, pois através delas pretende-se a diminuição das desigualdades, rupturas de padrões de gênero nas diversas esferas da sociedade. Quando trata-se de violência contra mulheres e informação, a temática ainda é menos abordada, isso é preocupante, se considerarmos as relações assimétricas de poder que permeiam a sociedade. (CÔRTEZ; LUCIANO; DIAS, 2012). Ao fazermos uma pesquisa na (BRAPCI) Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, com as palavras-chave Informação, Violência contra mulheres, Violência Doméstica contra as Mulheres, essa deficiência fica explícita, recuperamos apenas dois artigos que tratam do tema durante todo o período: “A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência” (CORTEZ, LUCIANO E DIAS, 2012) e a “A cobertura da violência contra mulheres no jornal de Cabo verde” (FERNANDES; FONSECA, 2012).

A informação ocupa uma posição de centralidade para que as mulheres tenham acesso aos serviços disponíveis na rede de atendimento, conheçam os seus direitos e se fortaleçam para superar o medo, a vergonha, o

isolamento e o preconceito, que perpassam a dinâmica da violência (CÔRTEZ; LUCIANO; DIAS, 2012, p. 2).

Frente a estas considerações, o presente estudo pretende contribuir para superar essa lacuna, articulando a Ciência da Informação com a temática da violência contra mulheres, considerando que os/as profissionais da informação, bibliotecários/as podem atuar no sentido de organizar, disponibilizar e democratizar a informação para a redução das desigualdades de gênero, no caso deste estudo, para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

3 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Violência pode ser definida como o uso intencional da força física ou psicológica que, através de ações e palavras, submete o outro a tratamento desigual, desrespeitoso e desumano, ferindo os direitos dos/as cidadão(ã)s. Podemos desta forma, entender violência como o exercício desigual de poder, decorrente de conflitos gerados, sobretudo, por fatores sociais impostos (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – 1994 Convenção de Belém do Pará definiu a violência contra mulheres como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. (10 ANOS..., 2004).

A violência contra mulheres apresenta-se nas mais variadas formas podendo causar na vítima, desde danos psicológicos, sexuais, até danos físicos irreversíveis, que é quando ocorrem as agressões, que vão se agravando e muitas vezes culminando na morte da vítima.

A violência doméstica contra a mulher não se caracteriza somente por aquilo que é visível e que é tipificado no Código Penal. É muito mais do que isso. “O hematoma, o arranhão e a ameaça que leva a mulher a pedir a ajuda, são muitas vezes apenas a ponta de um iceberg” (SOARES, 2005, p. 19).

Apesar de muitas vezes a violência não ser percebida, pesquisas mostram dados preocupantes quanto a esse problema, calculou-se no ano de 2001 que cerca

de 6,8 milhões de mulheres brasileiras já haviam sofrido algum tipo de violência e que no ano anterior à pesquisa uma mulher era espancada a cada 15 segundos (SOARES, 2005).

Segundo pesquisa intitulada Mapa da Violência, de 2012, realizada pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), de 1980 a 2010, triplicou o número de mortes, e foram assassinadas acima de 92 mil mulheres no Brasil, 43,5 mil só na última década (WAISELFIZ, 2012). O Brasil ocupa a 7ª colocação¹, com índice de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres. A mesma pesquisa aponta que as mulheres, na grande maioria, sofrem agressão do cônjuge ou ex-cônjuge, namorado, ex-namorado; interessante também notar que, na maioria das vezes a agressão às mulheres ocorre na própria residência da vítima, enquanto que nos homicídios masculinos ocorrem geralmente nos espaços públicos. Outro dado interessante incide no fato da violência ser cometida por contato direto e com uso de objetos cortantes, penetrantes, contundentes, sufocação (WAISELFSZ, 2012).

É importante salientar que esta violência não tem fronteiras, acontece em todo mundo e não está presente apenas nas chamadas camadas menos favorecidas economicamente. Atinge mulheres, independente da faixa etária, grau de escolaridade, classe social, orientação sexual, etnia ou religião. Mas é importante ressaltar que em decorrência de um processo histórico de racismo e exclusão, as mulheres negras são mais vulneráveis à violência doméstica. Para refletir sobre violência contra mulheres, é essencial discutir sobre as relações de poder, construídas historicamente, que alocam aos homens poderes para controlar a vida das mulheres. Desta forma, articulamos o fenômeno da violência com o conceito relações de gênero. Empiricamente, algumas pessoas consideram gênero como simples distinção entre sexos, segundo seus atributos biológicos, no entanto, há uma vasta literatura que há muito trata deste tema.

O conceito de gênero nos permite entender comportamentos entre homens e mulheres na sociedade, as assimetrias às quais mulheres são expostas, sob a ideia de inferioridade, assim como dificuldades enfrentadas pelas mulheres na educação, no trabalho, na vida pública, na sexualidade e na família (SILVA; BARBOSA;

¹ 1º El Salvador 2º Trinidad e Tobago 3º Guatemala 4º Rússia 5º Colômbia 6º Belize

SOUSA, 2006). Quando o homem é colocado num patamar de superioridade em relação à mulher, vários fenômenos são desencadeados na sociedade e são visivelmente percebidos nas desigualdades, nos mais distintos espaços sociais; no mercado de trabalho, as mulheres são mal remuneradas, mesmo quando exercem a mesma função que os homens; na vida política, a proporção de mulheres ocupando cargos políticos está muito aquém do esperado, e, sobretudo por ditames religiosos, as mulheres não exercem direito sobre o próprio corpo, no sentido de poderem procurar serviço público, caso optem pelo aborto nos casos previstos por lei, por exemplo.

Segundo Olinto (2006), essas assimetrias podem ser também percebidas nas bolsas de fomento à pesquisa em Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos dados da População Economicamente Ativa no Brasil (PEA). A autora afirma que em 25 anos a participação feminina na PEA aumentou apenas de 30% para 40%, em 1998 a representação feminina como bolsistas em Ciência e tecnologia pelo CNPq era de apenas 32,1%. Com relação aos ramos da ciência, a participação das mulheres só é mais acentuada nas áreas de humanas de Ciências Sociais Aplicadas. Essas estatísticas mostram a necessidade de ações que promovam igualdade no sentido de inserção de maior número de mulheres na liderança de pesquisas como pesquisadores/as bolsistas do CNPq, assim como no que consideram 'áreas masculinas'.

A palavra gênero, segundo Scott (1989), surgiu entre as feministas americanas no final do século XX e ganhou notoriedade através de pesquisas no âmbito acadêmico, tornando-se objeto de estudo entre pesquisadores/as. O movimento feminista rejeitava a ideia de que atributos biológicos pudessem determinar a orientação sexual, assim como a relação de poder existente entre feminino e masculino.

Na concepção da autora Scott (1989), gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, um conceito político que diz respeito às relações de poder. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação.

Podemos entender gênero como uma construção social, não sendo as qualidades, capacidades e aptidões dos indivíduos determinadas biologicamente por ocasião do sexo biológico, mas nas diversas interações que o sujeito terá ao decorrer de sua vida. Muitos/as na sociedade se contrapõem a esse conceito, sobretudo na esfera religiosa, dando margem a um discurso preconceituoso quanto à diversidade de gênero, gerando violência contra o/a outro/a supostamente inferior. Observamos que,

Fica, assim, patenteado que a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura (SAFFIOTI, 1999, p. 2).

Consideramos então que homens com trejeitos “afeminados” também são discriminados, colocados em patamares hierárquicos inferiores perante a sociedade porque fogem à virilidade ditada por uma cultura androcêntrica que além de considerar tudo que é masculino superior, dita padrões fixos e binários gerando fenômenos discriminatórios com consequências gravíssimas. Nessa perspectiva, defendemos a equidade de gênero, as múltiplas identidades de gênero sem se fixar em estereótipos que geram desigualdades e violência.

A ideia de superioridade sobre as mulheres está tão arraigada na sociedade, que muitas vezes as violências são tidas como algo normal, natural.

Verifica-se, em geral, que ao homem e à mulher são delegados papéis distintos na sociedade, como se os comportamentos estivessem atrelados a fatores biológicos. Em algumas regiões, tradicionalmente o trabalho delegado à mulher é de procriar, educar os filhos, cuidar da casa. De acordo com Saffioti (1987, p. 9):

A sociedade investe muito na naturalização desse processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre da sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural a sua capacidade de conceber e dar à luz.

A finalidade então, ao naturalizar esses processos que foram construídos historicamente, é de inferiorizar a mulher, privando sua atuação no espaço público, pois este seria espaço naturalmente masculino. A tentativa de naturalização desses

processos socioculturais é entendida como tentativa de legitimar a superioridade masculina, caracterizando-se como discriminação contra mulheres, pois tentam condicioná-la a aceitar sua condição inferior de mulher na sociedade (SAFFIOTI, 1987).

A sociedade marcada pela cultura de inferioridade dá margens a preconceitos, baseadas não só no gênero, como na raça/etnia, aferimos então que:

Esta naturalização que inferioriza um dos sexos é um argumento também utilizado pelas teorias racistas. Os negros, os índios seriam “por natureza” inferiores e, como tal, deveriam ser mantidos sob comando, aliados da participação política, econômica e social. Da mesma forma, os teóricos da discriminação de sexo apelam para a “natureza” da mulher para justificar sua posição social subalterna (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 56.).

3.1 MOVIMENTO FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O movimento feminista é caracterizado como movimento social e político, que historicamente, luta contra as desigualdades de gênero existentes na sociedade e está presente em momentos marcantes de nossa história, denunciando e questionando a opressão das mulheres na sociedade.

Segundo Alves e Pitanguy (2007 p. 9), [...] “O feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo”.

Inicialmente, em 1948, nos EUA, lutando pelo direito do voto para as mulheres, direito à educação, mais tarde incorporando outras frentes de luta que reivindicam salários iguais, direitos de propriedade, prazer sexual, acesso à métodos contraceptivos, legalização do aborto. O movimento feminista mediante campanhas de conscientização, manifestações públicas surge como movimento transformador na sociedade.

Numa sociedade predominantemente machista, o feminismo ousa problematizar acerca das estruturas familiares tradicionais, sob a afirmação de que diferenças não podem servir de fundamentação para as desigualdades. (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009).

Cada momento histórico possui suas peculiaridades, assim também o movimento feminista desenvolveu-se paulatinamente, a partir de 1960. No Brasil, o

feminismo incorporou outras frentes de luta, denunciando outras formas de opressão que não se limitavam ao econômico, não pautava suas reivindicações apenas nas desigualdades, direitos políticos, trabalhistas, civis. Ele questionou as raízes culturais que regem essas desigualdades (ALVES; PITANGUY, 2007).

Observamos assim, que o movimento feminista torna-se impactante numa sociedade onde vigora uma cultura machista, incomoda a partir do momento que denuncia desigualdades construídas historicamente e critica uma prática que naturalizou-se através dos tempos.

A década de 70, no Brasil, foi marcada pela grande participação feminina nos movimentos sociais, as mudanças políticas às quais o país atravessava, como a Ditadura Militar, davam margem para a consolidação do Movimento. Os “Anos de Chumbo”, os constrangimentos sofridos à época da ditadura, e em 1979, a anistia das exiladas fizeram eclodir o Movimento Feminista, enquanto força política de repressão à ditadura (SARTI, 2001). Em 1980, com o movimento já consolidado, foi colocada em destaque, a violência contra a mulher (SARTI, 2004).

Várias campanhas buscaram incentivar as mulheres a quebrar o silêncio, ao tempo que o feminismo desencadeava ações para que os governos implantassem estruturas que pudessem dar suporte às mulheres para romper com o ciclo de violência.

No Brasil, Blay (2003, p. 5) assim descreve esse momento do movimento,

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar e intelectuais foram se somando a sindicalistas e trabalhadoras de diferentes setores. [...] Ao movimento feminista se aglutinou uma série de grupos que atuaram cotidianamente a favor dos direitos a melhores condições de vida, pela anistia, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. A formação de entidades voltadas a abrigar mulheres vítimas de violência doméstica não tardou a se formar. Por todo o Brasil grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infindáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas.

Em 1980, à medida que as feministas saíram às ruas e protestavam contra o domínio masculino, as mulheres em situação de violência sentiram-se estimuladas a denunciarem os agressores, assim como as marcas das agressões sofridas, vindo a tona, a impunidade, sob a retrógrada alegação de legítima defesa da honra (TELES; 2003)

O medo de denunciar, a intimidação por parte do agressor e a falta de estruturas de apoio, eram algumas das grandes dificuldades no enfrentamento da violência. Percebendo essa deficiência, o movimento feminista articulou pequenos grupos informais que promoviam o diálogo e troca de experiências entre as mulheres, tais como clínicas especializadas em saúde da mulher; Centros de Socorro (SOS-VIOLÊNCIA) que funcionavam como centros de apoio às mulheres vítimas de violência.

Os SOS-Violência eram entidades que voluntariamente ofereciam assistência jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência, de acordo com Izumino (1998, p. 79) “O objetivo da entidade era estabelecer vínculos entre as militantes feministas e as mulheres vítimas de violência, visando educá-las para o combate da violência através do feminismo”.

Com os SOS's, a luta passou a ser pela criação de órgãos de atendimento às mulheres amparadas pelo poder público, assim como políticas públicas específicas para mulheres. Em 1985, em São Paulo, é criada a 1ª Delegacia Especial em Atendimento às Mulheres (DEAMs), em resposta as reivindicações feministas (BRASIL, 2011).

As DEAMs foram de suma importância no enfrentamento da violência contra mulher, houve aumento no número de denúncias, dando visibilidade à violência das quais as mulheres eram vítimas, com isto, a eventual possibilidade da punição dos agressores. No entanto, apesar da grande contribuição das DEAMs no enfrentamento da violência, elas não eram suficientes, pois foi desencadeado outro fator, chamando atenção para a necessidade de outras iniciativas. “Deste processo gerou-se um aumento crescente de denúncias, no entanto, confrontamo-nos socialmente com a falta de recursos no respaldo às vítimas na área social, de saúde e mesmo jurídicas” (BRASIL, 2003).

Importante ainda é salientar que, numa sociedade machista, mesmo as DEAMs, que deveriam dar suporte e quebrar o ciclo de violência, não estavam imunes a este problema, sendo muitas vezes, a vítima, culpabilizada pelos próprios funcionários/as, pela agressão sofrida, sob a justificativa da mesma ter provocado a agressão. Na década de 1990 foram criadas as Casas Abrigo, os Programas de Atenção às mulheres vítimas de violência sexual em maternidades, com a garantia

do aborto previsto em lei e os Centros de referência da Mulher da Mulher, foco deste estudo.

O Brasil, atualmente segundo dados da Secretaria de Políticas Públicas para mulheres², dispõe de 220 Centros Especializados de Atendimento à mulher; 72 casas Abrigo; 92 Juizados/Varas Especializadas de Violência Doméstica; 29 Núcleos especializados do Ministério Público; 59 Núcleos Especializados da Defensoria Pública e 501 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e Núcleo. (BRASIL, 2013)

3.2 CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER: unidades de informação

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs), foco desta pesquisa, são equipamentos públicos específicos para fornecer suporte às mulheres em situação de violência. Integram a rede de enfrentamento à violência, através da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011). Os Centros constituem-se espaços onde as mulheres, através de ações em diversas áreas, recebem acolhimento, apoio social, jurídico, psicológico e orientação, tais ações buscam não só quebrar o ciclo de violência como também resgatar a autoestima e a cidadania das mulheres (BRASIL, 2003).

O primeiro órgão implantado no país com essas características foi a Casa Eliane de Grammont/SP, criada em 09 de março de 1990. Em 2002, existiam apenas 17 centros em âmbito nacional (SILVEIRA, 2006). Desde 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o lançamento do “Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher”, os centros de referência da mulher têm ganhado maior expressão no que tange à política nacional. Em 2003, existiam 36 centros, em 2007, o número passou para 110 e, atualmente, 220 serviços estão implantados no país (BRASIL, 2013).

No Brasil, os 220 Centros de Referências estão distribuídos em suas cinco regiões, sendo 20 deles na região Centro-oeste, 27 na região Norte, 33 no Sul, 59 no Nordeste e 76 no Sudeste (Brasil, 2013). Houve avanços, mas a quantidade de órgãos é insuficiente devido à dimensão da violência contra mulheres, o que configura a falta de compromisso de governos nos níveis estaduais e municipais

² <http://www.spm.gov.br/>

com a implantação de ações para a promoção da igualdade de gênero (CORTES, DIAS; LUCIANO, 2012).

Os CRAMs ampliaram o raio de ação das políticas públicas de combate à violência, antes pautadas na ótica da segurança, atuando na ruptura da situação de violência por meio de ações globais, atendimento interdisciplinar, na perspectiva de prevenir, informar e preservar os direitos das mulheres (BRASIL, 2011). Nesse sentido, os centros de referência da mulher configuram-se como unidades de informação que, cotidianamente, produz conteúdos informacionais de subversão e de ressignificação de estruturas históricas e cristalizadas que alicerçam a dominação masculina e contribuem para resgatar a autoestima, a autonomia e a emancipação das mulheres em situação de violência (CÔRTEES, 2008).

As unidades de informação, na concepção de Barreto (2000), são aquelas unidades que conjugam as funções de agregar estoques de informação e comunicar estrategicamente a informação com a intenção de produzir conhecimento no indivíduo e no seu mundo, enquanto que sua principal finalidade é articular a relação entre as diversas fontes de informação e as pessoas, considerando seus perfis e necessidades sob a influência de certos ambientes (BARRETO, 1997 *apud* COSTA; SILVA; RAMALHO, 2010, p. 130) .

Nessa perspectiva, os CRAMs com suas prerrogativas, são unidades de informação, pois através de suas ações, produzem e disseminam informação a fim de que as mulheres que a elas tenham acesso, se fortaleçam para romper com a situação de violência e sejam informadas sobre seus direitos na sociedade.

Além disso, os CRAMs produzem informações estatísticas, foco deste trabalho, que segundo Valentim (2006) são de suma importância nas organizações, pois identificam em termos percentuais e/ou numéricos, dados estatísticos úteis na elaboração de diagnósticos para as organizações.

3.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Uma das competências do/a profissional da informação, pode ser de contribuir para potencializar a organização, o acesso, a disseminação de informação nas unidades de informação. No caso em questão, dos órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência, a atuação do/a profissional, é fundamental, uma

vez que distintas pesquisas Okabe e Fonseca (2009) Prá (2010), vem identificando que um dos grandes desafios no enfrentamento a violência é a dispersão, a falta de sistematização de dados sobre violência contra mulheres.

Portanto, as lacunas na geração, coleta e sistematização de dados sobre violência doméstica e familiar dificultam perceber a extensão do problema e, por conseguinte, formular propostas e adotar medidas eficazes para enfrentá-la, o que desafia as práticas de monitoramento seja do fenômeno da violência, seja da implantação e aplicação de políticas públicas como a da Lei Maria da Penha (PRÁ, 2010, p. 92).

Em pesquisa que trata das limitações do sistema de informação em saúde, ao tratar do tema violência contra mulher, Okabe e Fonseca (2009, p. 454) alertam que:

Estes sistemas demonstram em parte os casos mais graves de violência, subestimando o verdadeiro efeito da mesma, pois nem todas as agressões provocam ferimentos que necessitam de atenção médica, e mesmo as mulheres que apresentam graves lesões atendidas nos serviços particulares e convênios não são incorporados ao sistema de monitoramento hospitalar.

As estatísticas referentes à violência contra mulheres no Brasil são preocupantes, conquanto existam leis e políticas públicas que buscam coibir e punir os agressores, a violência ainda é explícita e o machismo continua a vitimar mulheres. Prá (2010) ao discorrer sobre gênero e políticas públicas e a respeito da lei Maria da Penha enquanto mecanismo de enfrentamento à violência contra as mulheres aborda uma importante questão no que tange à falta de uniformização na coleta de dados referentes à violência. A autora afirma que esses dados existem e, no entanto, encontram-se dispersos nas várias instituições que atentam para a questão da violência. Segundo a autora, dados específicos sobre a violência seriam úteis não só para ter uma real dimensão dessa violência como também para realizar estudos e planejar ações eficazes.

Os dados estatísticos no Brasil no que diz respeito à violência contra mulheres carecem de sistematização, considerando sua dispersão, para tanto é necessário monitoramento, intervenção governamental na criação de mecanismos com técnicos/as especializados/as, a fim de que as informações geradas a partir desses dados possam contribuir com a igualdade de gênero. Neste processo, acreditamos que o/a profissional da informação pode desempenhar um papel primordial, dentro de suas competências enquanto gestor/a da informação.

A sociedade da informação trouxe consigo grandes benefícios à humanidade, a facilitação do acesso à informação de cunho científico e tecnológico foi de suma importância para o desenvolvimento social e cultural da sociedade. No contexto dessa sociedade, a informação torna-se imprescindível na tomada de decisões, como impulsionadora de vários fenômenos, no entanto, a explosão bibliográfica desencadeou problemas quanto à recuperação dessas informações, fazendo-se necessário o tratamento e a criação de estruturas que dessem suporte organizacional a essas informações para que pudessem ser devidamente utilizadas em seus contextos. Segundo Neves e Padilha (2012, p. 41) “A gestão da informação é um meio de coletar, organizar e disseminar esse conhecimento gerado”. Observamos assim que a gestão da informação seja a solução para a dispersão de conteúdos informacionais, sendo capaz de gerir tais conteúdos a fim de disseminar estrategicamente nas organizações e diversas áreas do conhecimento.

3.4 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

A gestão da informação nas organizações pretende diminuir o nível de incerteza do/a gestor/a para a tomada de decisão, para tanto, em meio ao excesso de informação, é essencial a existência de mecanismos para a recuperação, a filtragem, o acesso de informações relevantes para as empresas (HOFMANN, 2004).

O termo ‘organizações’ remete-nos automaticamente a uma empresa, no entanto, para Tarapanoff (2006 p. 115)

[...] podem considerar-se também organizações outras comunidades de indivíduos, tais como um hospital, uma organização não-governamental (ONG), um centro educativo, um ministério, um centro de pesquisa, uma instituição política e até, forçando um pouco a definição, uma unidade familiar.

Atualmente, é consenso a relevância da informação nas organizações, essas informações são úteis na tomada de decisões imprescindíveis, para que as unidades cumpram seu objetivo. Para Choo (2006) só é possível à organização cumprir sua missão, a partir de informações completas, que poderão ser usadas estrategicamente em seu contexto específico, Considerando que [...] “a Gestão da informação tem o objetivo de garantir que a informação seja gerenciada como um

recurso indispensável e valioso e que esteja alinhada com a missão e os objetivos do serviço de informação” (DUARTE; SILVA; COSTA, 2007, p. 99), acreditamos ser fundamental a gestão informacional nas unidades de informação.

A gestão da informação é responsável por coordenar e integrar o excesso de informação, a fim de disponibilizar eficientemente os recursos de informação relevantes para as unidades de informação, esse processo inclui: aquisição, processamento, armazenamento, disseminação e utilização da informação (CHOO, 2006). Ainda segundo Tarapanoff (2006 p. 20) “o principal objetivo da gestão da informação é identificar e potencializar recursos informacionais de uma organização ou empresa e sua capacidade de informação, ensinando-a a aprender e adaptar-se a mudanças ambientais.”

Conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), aos profissionais da informação, são delegadas competências de disponibilizar informação nos diversos suportes; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação; tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais; disseminar informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolver estudos e pesquisas; realizar a difusão cultural; desenvolver ações educativas, além de prestar serviços de assessoria e consultoria (BRASIL, 2002).

Desta forma, podemos considerar que o/a profissional bibliotecário/a esteja apto a atuar na gestão da informação, nas diversas unidades de informação que demandem tais competências, como o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, que descreveremos abaixo.

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA NO ESTADO DA PARAÍBA

No tocante ao estado da Paraíba, estatísticas apontam para uma realidade preocupante, o número de homicídios de mulheres vem crescendo a cada ano. Somente no ano de 2007, aconteceram 45 homicídios e 47 tentativas; 78 estupros e 28 tentativas; e 99 agressões diversas, além de 50 casos de exploração sexual e 43 de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, esse número cresce a cada ano

(SILVA, 2008). Em pesquisa realizada posteriormente, podemos observar que em 2010 os casos de estupros tiveram aumento de 60% em relação a 2009, além de 53 assassinatos de mulheres. (MOVIMENTO..., 2012).

Entre os 27 Estados, a Paraíba aparece em 7º lugar, com 117 homicídios de mulheres em 2010, representando 6,6 homicídios para cada 100 mil mulheres, em sua capital, João Pessoa, os índices são ainda maiores, com 12,4 homicídios por 100 mil mulheres, ocupa a 2ª posição como capital brasileira com maior índice de feminicídio³ (WAISELFSZ, 2012).

Antes de iniciar, a apresentação do campo de pesquisa, o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, apresentaremos, de forma breve, as políticas públicas de combate à violência contra as mulheres existentes no estado da Paraíba.

O Estado possui, a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana⁴, criada em 2010, objetivando dar suporte no acompanhamento, implementação e execução de políticas públicas para mulheres, população negra, comunidades tradicionais e população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

No âmbito municipal, existe a Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres (SEPPM)⁵, tem como papel fundamental contribuir para a promoção da equidade de gênero, através da implementação de políticas públicas que efetivem os direitos humanos das mulheres.

No tocante aos serviços especializados no atendimento às mulheres, o Estado da Paraíba, segundo informações do site da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres⁶, do governo federal, possui: 9 Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher, 4 Centros de Referências de Atendimento à Mulher, 2 Casas-abrigo, além de 5 Serviços especializados no atendimento dos casos de violência contra mulher.

³ Assassinato de mulheres em razão do gênero.

⁴ A Secretaria comporta a Gerência de Equidade de Gênero, Gerência de Direitos Sexuais e LGBT e a Gerência de Equidade Racial, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) e o Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial (CEPIR).

⁵ A SEPPM um organismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, criada pela Lei 11.902, de 29 de março de 2010, alterando a Lei 10.429, de 14 de fevereiro de 2005, que criou a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres.

⁶ https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php.

QUADRO 1: Serviços Especializados no Atendimento de mulheres

| SERVIÇO | CIDADE | CONTATO |
|-------------------------------------------------|----------------|---------------|
| Delegacia Especializada de atendimento à Mulher | JOÃO PESSOA | (83)3218 5316 |
| Delegacia Especializada de atendimento à Mulher | BAYEUX | (83)3232 3339 |
| Delegacia Especializada de atendimento à Mulher | CABEDELO | (83)3228 6349 |
| Delegacia Especializada de atendimento à Mulher | SANTA RITA | (83)3229 8738 |
| Delegacia Especializada de atendimento à Mulher | CAMPINA GRANDE | (83)3310 9343 |
| Delegacia Especializada de atendimento à Mulher | CAJAZEIRAS | (83)3531 7022 |
| Delegacia Especializada de atendimento à Mulher | PATOS | (83)3423 2237 |
| Delegacia Especializada de atendimento à Mulher | GUARABIRA | (83)3271 2986 |
| Delegacia Especializada de atendimento à Mulher | SOUSA | (83)3522 6627 |
| Centro de referência de atendimento à Mulher | CAJAZEIRAS | (83)3531 4852 |
| Centro de referência de atendimento à Mulher | JOÃO PESSOA | (83)3221 4273 |
| Centro de referência de atendimento à Mulher | CAMPINA GRANDE | (83)3342 9129 |
| Centro de referência de | SANTA LUZIA | (83)3461 1489 |

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------|
| atendimento à Mulher | | |
| CASAS-ABRIGO | JOÃO PESSOA | |
| CASAS-ABRIGO | CAMPINA GRANDE | |
| Serviços especializados No atendimento dos casos de violência contra mulher | JOÃO PESSOA | (83)3015 1500 |
| Serviços especializados no atendimento dos casos de violência contra mulher | JOÃO PESSOA | (83)3215 6049 |
| Serviços especializados no atendimento dos casos de violência contra mulher | MONTEIRO | (83)3351 2204 |
| Serviços especializados no atendimento dos casos de violência contra mulher | CAMPINA GRANDE | (83)3310 6356 |
| Serviços especializados no atendimento dos casos de violência contra mulher | PATOS | (83)3421 3601 |

FONTE: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres

Tendo em vista os objetivos dessa pesquisa, focaremos os Centros de Referência da Mulher como unidade de informação importante para a superação das desigualdades de gênero e como órgão produtor de informação estatística capaz de potencializar o planejamento e o monitoramento das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

4 UNIVERSO DA PESQUISA: Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra

O Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra” (CRMEB), implantado no dia 14 de setembro de 2007, está ligado à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SPPM) de João Pessoa. A equipe multiprofissional realiza acolhimento, atendimento social, psicológico, jurídico e arte-educação com as mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O órgão presta uma homenagem à Ednalva Bezerra, referência do movimento feminista e sindicalista lutadora pelos direitos trabalhistas das mulheres.

O Centro funciona de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, e atende às mulheres de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Santa Rita e Conde. A mulher que procura o equipamento é acolhida pelas profissionais que, depois de escutá-la, encaminham-na para o atendimento necessário no próprio CRMEB ou para serviços externos da rede de atendimento - serviços de assistência social, de justiça, segurança, saúde, entre outros.

A equipe é formada por atendentes, arte-educadora, psicólogas, seguranças, motorista, advogadas, assistentes sociais, coordenadora, coordenadora administrativa e prestadora de serviços gerais.

O CRMEB realiza ações de intervenção na comunidade, através da realização de palestras e oficinas para formação em relações de gênero, do serviço de orientação e informação, via telefone, para direcionar as mulheres aos serviços existentes no Estado e Município. Os canais de informação utilizados para disseminar o órgão e os direitos das mulheres são: cartilhas, panfletos, campanhas e propagandas nos meios de comunicação. O CRMEB também integra a Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (REAMCAV) e participa de suas reuniões mensais.

5 METODOLOGIA

A abordagem metodológica desta pesquisa se pautou no caráter interativo das pesquisadoras com a comunidade pesquisada, no processo de construção de interfaces de organização e comunicação da informação.

Segundo Thiollent (1997, p. 36), a pesquisa-ação implica uma percepção de ação, que “requer, no mínimo, a definição de vários elementos: um agente (ou ator), um objeto sobre o qual se aplica a ação, um evento ou ato, um objetivo, um ou vários meios, um campo ou domínio delimitado”. Consiste no entendimento da pesquisa inserida na ação, pois os atores envolvidos participam em conjunto com os/as pesquisadores/as, a fim de elucidar a realidade em que estão inseridos/as (THIOLLENT, 1997).

O estudo ancora-se numa abordagem quantitativa, com a qual objetivamos classificar e descrever os indicadores e as tendências observáveis do perfil das mulheres atendidas (MINAYO; SANCHES, 1993). Utilizamos a pesquisa exploratória para obter uma visão geral do Centro de Referência da Mulher, ou seja, conhecer a equipe, a estrutura de funcionamento e os serviços oferecidos.

O procedimento de coleta de dados foi dinamizado por meio da pesquisa documental, com foco nas fichas de atendimento individual das mulheres que acessaram o CRMEB, que são preenchidas pelas profissionais do CRMEB e estavam organizadas e armazenadas em caixas-arquivo, separadas por ano, com numeração crescente. A análise dos dados, para mapear o perfil das mulheres, foi dinamizada através da estatística descritiva. Para fins desta pesquisa, apresentaremos os gráficos referentes à: faixa etária, caracterização étnico-racial, situação conjugal, relação com o autor da violência, tipos de violência, escolaridade, ocupação.

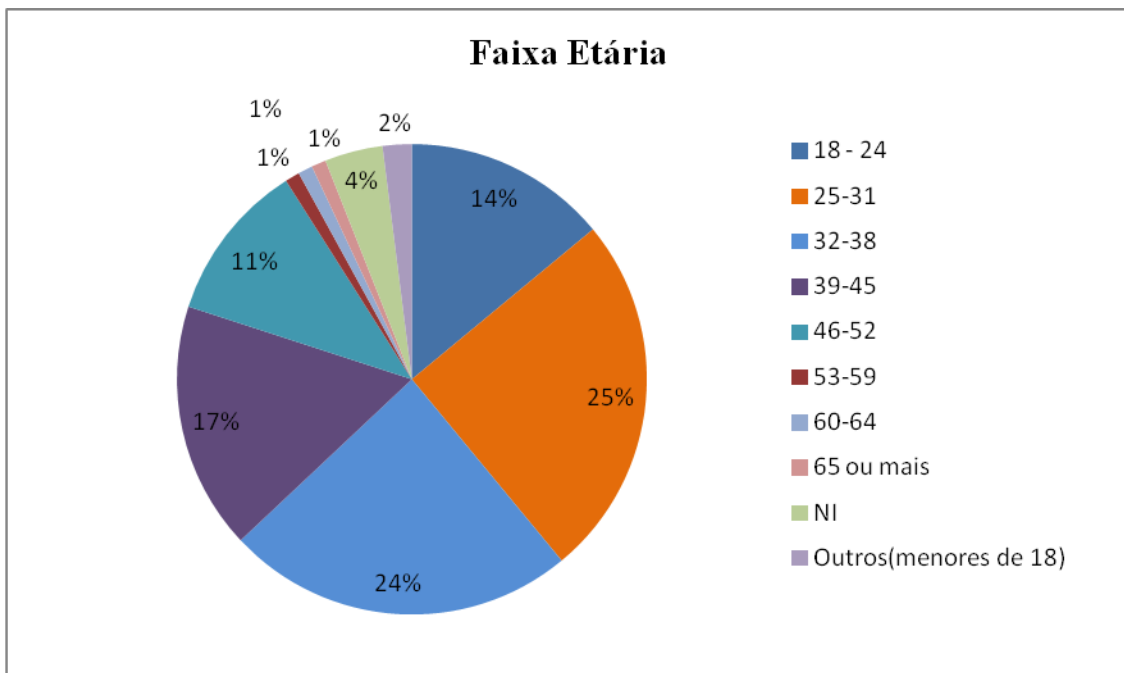
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES

No período de 2007 a 2011, mil duzentas e vinte e sete mulheres procuraram o órgão. Tendo em vista que os dados do CRMEB não foram trabalhados, descritos, escolhemos o ano de 2007 para traçar o perfil das mulheres, por ser o ano de implantação do órgão. Neste ano 112 mulheres acessaram o CRMEB. Em estudos posteriores, será possível realizar estudos comparativos nos anos de 2008 a 2013 para verificar se há mudanças no perfil das mulheres que acessaram o equipamento.

Os gráficos a seguir, mostram o perfil das 112 mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher no ano de 2007 e que sofreram violência do (ex) companheiro, (ex) marido, (ex) namorado.

Conforme mostra o gráfico 1, em que se analisa a faixa etária, podemos observar que, das mulheres que sofreram agressão e procuraram o CRM/JP, a grande maioria tinha idade entre 25 e 45 anos, somando 80%. Na faixa entre 46 e 52 anos 11%, 4% não tiveram a idade identificada, 2% são menores de 18 anos. Nas faixas etárias entre 53 e 64 anos, somam 3%.

GRÁFICO 1 – Faixa etária

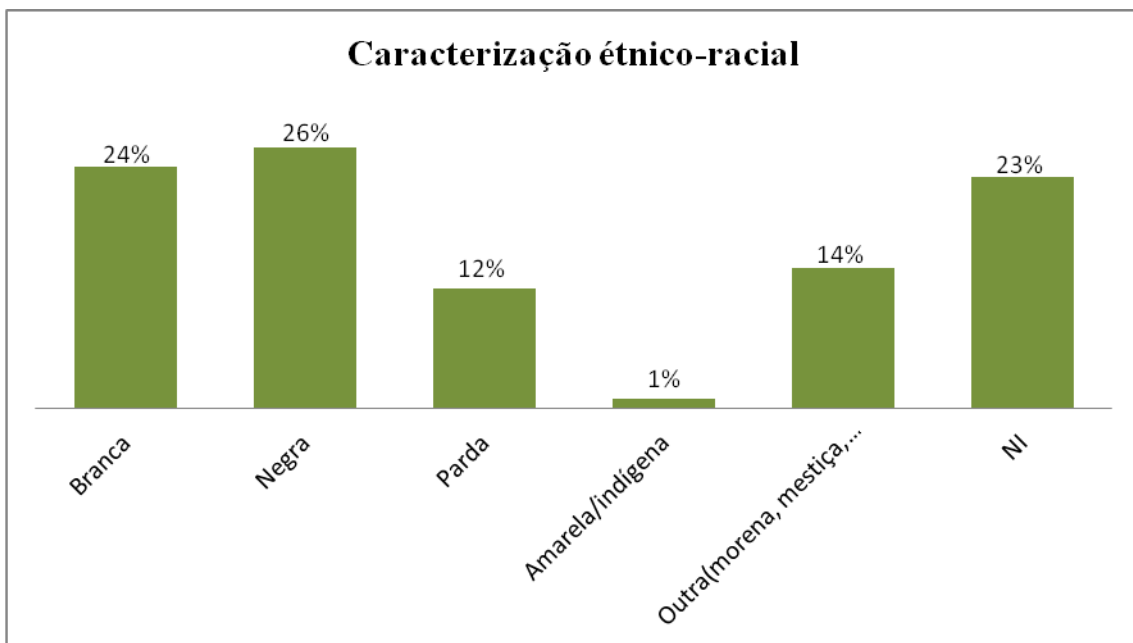


Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Conforme Cortes; Dias; Luciano (2012) não existem dados publicados atualizados sobre o perfil das mulheres que acessam outros órgãos de atendimento em João Pessoa, como delegacias de atendimento à mulher, serviços de saúde, entre outros, mas, em um estudo realizado no período de 1987 a 1997, com registros da violência contra mulheres, na Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), na capital, observou-se também um maior índice de procura à DEAM, nas faixas etárias de 18 a 37 anos (64%) (AMARAL *et al.*, 2001). Essas informações

corroboram com os dados encontrados em nossa pesquisa referentes à faixa etária das mulheres que acessaram o equipamento. Investigações precisam ser empreendidas para aprofundar a questão.

GRÁFICO 2 – Caracterização étnico-racial



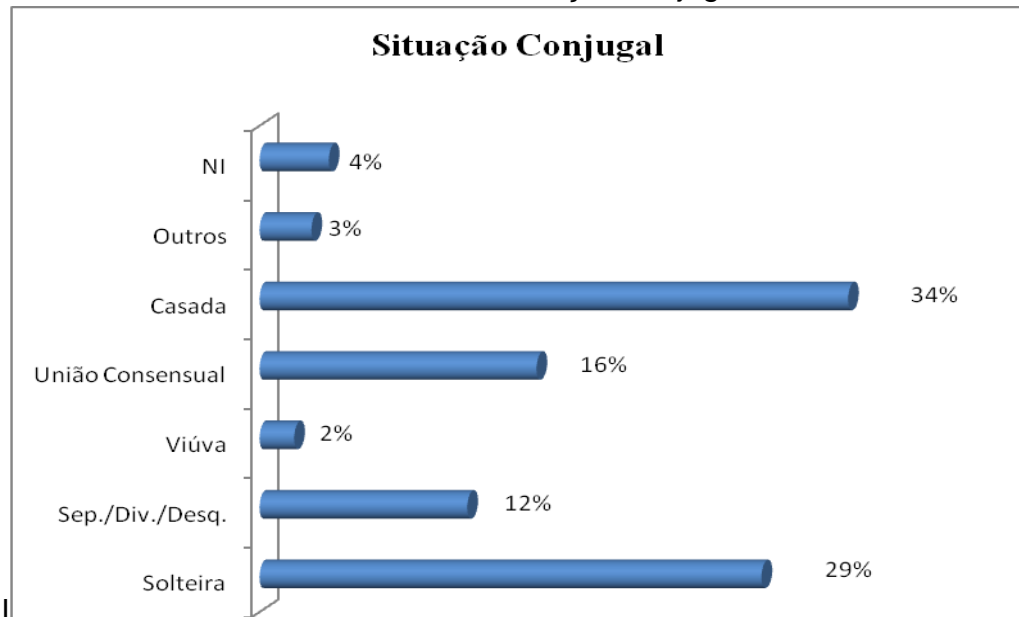
Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Em relação à caracterização étnico-racial, constatou-se que 24% das mulheres se autodeclararam brancas; 26%, negras; 12%, pardas; 14%, outras, 1%, amarelas/indígenas, e 23% não informaram (NI). Na categoria **Outras**, estão englobadas: morena, mestiça, moreninha, pretinha, marrom, cor de jambo, mulata, entre outros, o que evidencia a dificuldade de reconhecimento das mulheres com relação à sua caracterização étnico-racial, em decorrência do processo histórico do racismo em nosso país. Ao somar os dados de mulheres que se autodeclararam pardas, negras e outras, por exemplo, correspondem a 52%, ou seja, metade das mulheres que acessaram o CRMEB. E ainda, temos uma grande quantidade de “Não Informada”, evidenciando a dificuldade de preenchimento deste dado, e a necessidade do CRMEB, trabalhar com essa questão para superar a vulnerabilidade

de mulheres negras diante do fenômeno da violência, através da realização de oficinas, campanhas informativas, dentre outros.

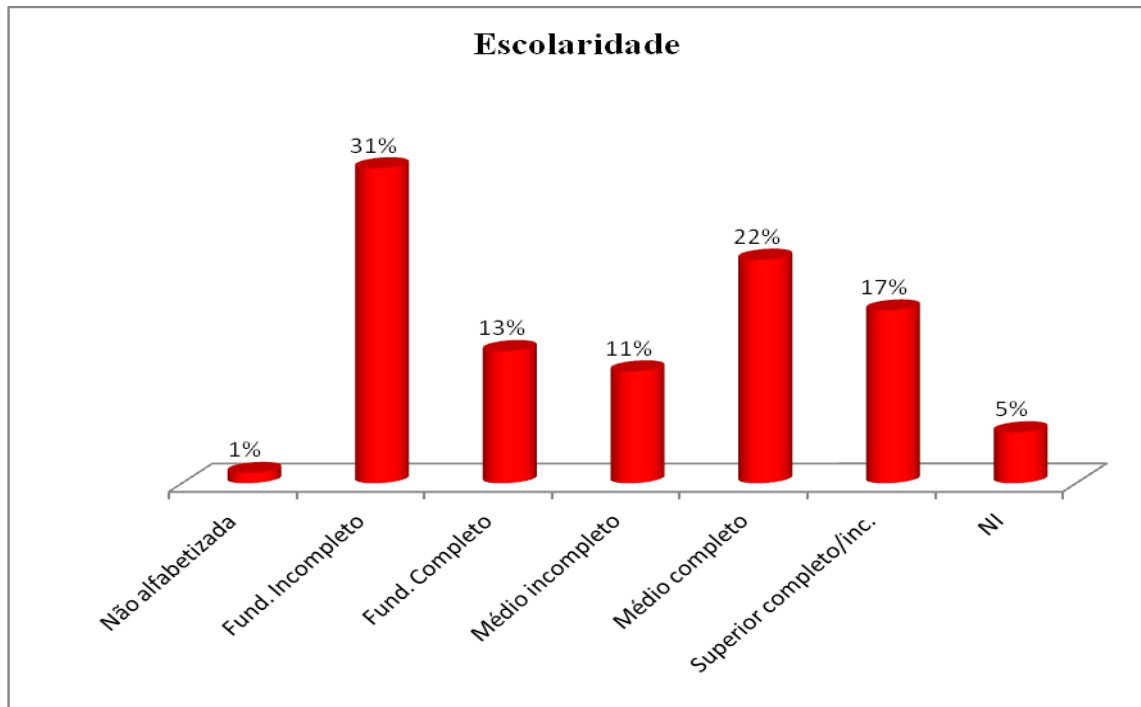
As mulheres negras apresentam maiores taxas de mortalidade materna, de má assistência nos serviços de saúde, menor acesso à educação, maior probabilidade de sofrerem violência sexual, como também menor índice de procura pelos serviços de atendimento em decorrência da dificuldade de acesso a eles (RUFINO, 2004; MOTA; BANDEIRA, 2010), em decorrência do processo histórico de marginalização social, de desvalorização de sua ancestralidade, identidade, cultura e negação de direitos (AQUINO, 2011). Apesar de nossa pesquisa não estar pautada em analisar a questão etnicorracial, é importante ressaltar que a maioria das vítimas dos casos de violência contra mulher, é de mulheres negras. Segundo (SILVA, 2008) em pesquisa realizada no Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra” em João Pessoa, cerca de 74% das mulheres, em situação de violência que foram atendidas, eram negras, corroborando com esses números; o dossiê sobre a violência contra mulheres afirma que o índice de mulheres negras assassinadas na Paraíba é 400% a mais que nas mulheres brancas, deixando o estado na 3ª posição dos maiores índices de mortes de mulheres negras por homicídio (MOVIMENTO..., 2012).

A violência contra mulheres negras no Brasil está intrinsecamente relacionada ao racismo, presente desde os primórdios de nossa história no país. Em nossa sociedade, a mulher negra é duplamente discriminada, por ser mulher e por ser negra, essa desigualdade pode ser percebida tanto nas estatísticas que demonstram que a violência contra elas é mais aguçada, quanto no mercado de trabalho, onde ocupam espaços menos privilegiados e onde seus salários são menores em relação às demais, o que gera outro estigma, o da pobreza (SAFFIOTI, 1987).

GRÁFICO 3 – Situação conjugal

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

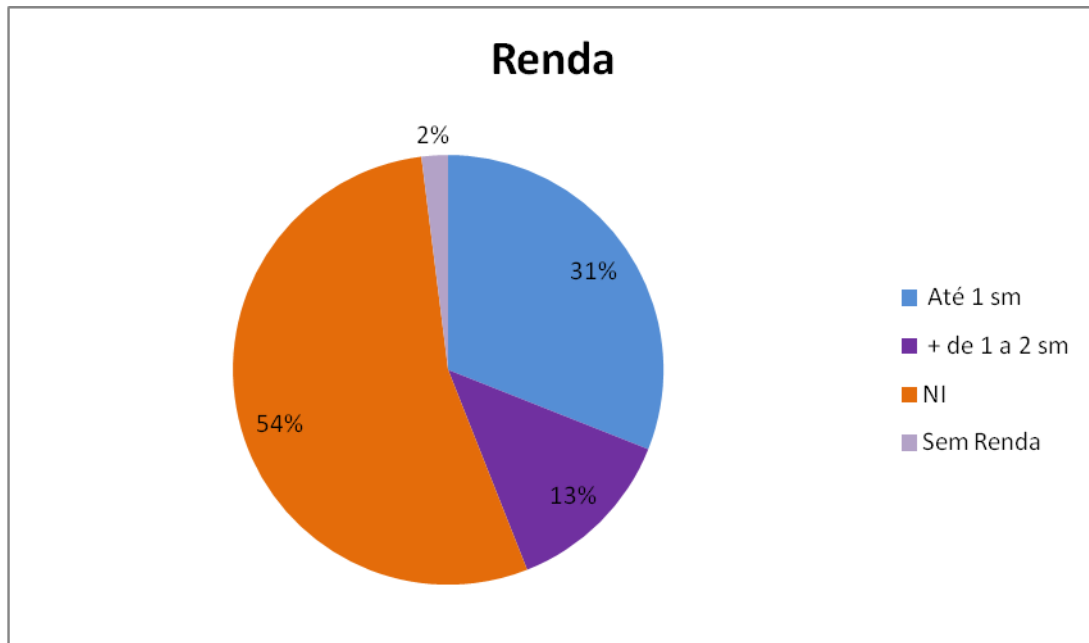
Quanto à situação conjugal das mulheres, gráfico 3, que foram atendidas no CRM/JP no ano de 2007, a pesquisa aponta que 50% das mulheres que sofreram violência são casadas ou vivem em união consensual. Podemos então constatar que essas mulheres possuem vínculo afetivo com seus agressores e estão no ciclo de violência. 29% das vítimas se declararam solteiras; 12% estão separadas; 2% são viúvas e 4 % não foi possível identificar.

GRÁFICO 4 Escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

No gráfico que trata da escolaridade, notamos que 47% das mulheres possuem até o Ensino fundamental, 11% Médio incompleto; 22% Médio completo; 17% com ensino superior completo/incompleto e 5% não informaram. Os dados demonstram que essas mulheres, no geral são alfabetizadas, apesar da baixa escolarização, já que quase metade delas possuem até o Ensino Fundamental, a baixa escolaridade pode configurar um agravante na busca por qualificação, inserção no mercado de trabalho e consequente autonomia.

No tocante às categorias profissionais, 11% das mulheres declararam estar desempregadas, 11% se declararam empregadas domésticas; e as demais, de forma geral, estão inseridas no mercado de trabalho com baixa seguridade social e com salários de baixa remuneração. Um dado importante, a ser analisado, diz respeito ao alto índice de não informação encontrado nesta variável, dificultando o planejamento de ações para traçar o perfil das mulheres, evidenciando a importância do/a profissional da informação no processo de sistematização, organização e padronização das informações no CRMEB.

GRÁFICO 5 – Renda

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

No quesito renda, 31% das mulheres afirmaram que recebem até um salário mínimo (SM), 13%, um a dois SM, 2% não têm renda e 54% não informaram. Não é possível um diagnóstico preciso quanto à situação econômica das mulheres, considerando que mais da metade não informaram sua renda ou não tiveram o registro desta informação, corroborando com nossa análise da necessidade de sistematização da informação. Podemos apenas inferir sobre a possibilidade da maioria dessas mulheres possuir renda inferior a 1 salário mínimo, o que dificultaria o rompimento do ciclo de violência devido a dificuldade de autonomia financeira.

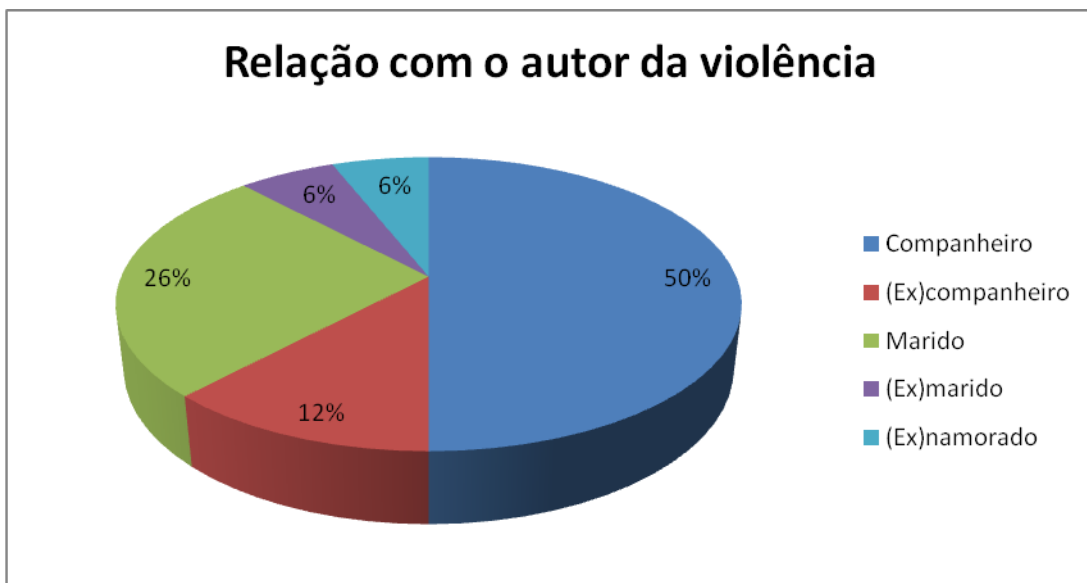
O perfil das mulheres que procuraram o CRMEB no período mencionado mostra o alto grau de vulnerabilidade social em que as mesmas estão inseridas: baixo nível de escolaridade, precariedade da ocupação profissional e econômica. Sem dúvida, tais condições restringem as possibilidades de desenvolvimento pessoal em diversos domínios da vida social.

O panorama quantitativo apresentado nesta pesquisa, mostra a necessidade de fortalecermos e materializarmos políticas públicas, cursos profissionalizantes, cooperativas, para minimizar a situação de exclusão e marginalização das mesmas.

Essencial ressaltar que a violência contra mulheres não está exclusivamente atrelada a estratos sociais de baixa renda, o que podemos apontar é o Centro de

Referência da Mulher Ednalva Bezerra ter sido acessado, principalmente, pelas mulheres mais excluídas socialmente, uma vez que as mesmas, freqüentemente, não têm acesso a atendimento psicológico e jurídico, necessários para garantir sua integridade física e moral.

GRÁFICO 6 – Relação com o/a autor da violência⁷



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Conforme o gráfico 6, verificamos que o autor das agressões, em sua maioria, 76% dos agressores, são os “companheiros” e maridos das vítimas. Os demais somam 24%, sendo 6% ex-namorado e ex-marido, 12% ex-companheiro, ou seja, pessoas com que as mulheres mantêm relação de afeto. Os números merecem especial atenção, já que apontam para a dificuldade das mulheres romperem a relação com quem tem vínculo afetivo, por fatores diversos que necessitam ser aprofundados em pesquisa qualitativa. Esses dados corroboram com pesquisa realizada por Silva (2008), que investigou a situação da violência doméstica contra a mulher na cidade de Campina Grande. Na investigação, verificou-se que 52% da violência foi praticada por companheiro/marido. Quanto aos gráficos 3 e 4, apresentados até agora, podemos fazer observações: a maioria das vítimas é

⁷ No ano de 2007, não foram localizadas mulheres que declaram sofrer violência da (ex) companheira, (ex)namorada.

casada ou vive uma união estável; as agressões são geralmente perpetradas pelo marido ou companheiro e na maioria das vezes, na residência da vítima. Esses dados nos permitem inferir a respeito da dinâmica da violência contra mulheres, perpetrada por pessoas às quais as mesmas possuem vínculo afetivo e cometidas no seio familiar, lugar onde essas mulheres deveriam encontrar segurança. As informações revelam uma relação de poder que foi construída historicamente na qual o homem sente-se no direito de agredir, explorar as mulheres.

Conforme Saffioti (2001), a dinâmica da organização familiar na lógica patriarcal de gênero é, em geral, alicerçada por valores fundamentados em dicotomias assimétricas (natureza - cultura; emoção - razão; reprodução - produção) do feminino e do masculino. Nestes termos, cabe ao patriarca assumir o papel de provedor das necessidades materiais da família, tendo legitimidade para disciplinar e corrigir as condutas de todos/as os membros do grupo domiciliar, especialmente das mulheres e crianças, utilizando diferentes formas de violência, caso considere necessário (SAFFIOTI, 2001).

A violência doméstica é praticada, e muitas vezes banalizada pela sociedade que culturalmente observa a violência doméstica contra mulheres como um problema privado, evidenciando a importância da produção e divulgação dos dados para a implantação de políticas públicas para o enfrentamento da problemática.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a informação exerce um papel de suma importância na sociedade. Nos diversos conceitos de informação apresentados neste trabalho, podemos observar como a informação está relacionada às transformações sociais, visto seu poder modificador no indivíduo. Neste sentido, afirmamos que a responsabilidade social da Ciência da Informação incide justamente na disponibilização da informação que gerará transformação no indivíduo e conseqüentemente, na sociedade. No caso específico de nossa pesquisa, apresentamos como a gestão da informação poderá contribuir no enfrentamento à violência contra mulheres atendidas no CRMEB.

Através das pesquisas apresentadas, ficou explícito que: a violência contra mulheres é um problema social generalizado que diariamente acomete mulheres, mas tende a ser naturalizado em decorrência das desigualdades de gênero. Nessa perspectiva, o CRMEB exerce uma função significativa ao acolher e oferecer serviços em diversas áreas a fim de resgatar a autoconfiança, a autoestima e a autonomia, além de produzir e disseminar informação, publicizando a violência e orientando-as inteiradas quanto a seus direitos.

A necessidade da gestão da informação se dá pela fragilidade de informações estatísticas relacionadas à violência contra mulher, questão que ficou evidenciada em nossa pesquisa. A Gestão da Informação e o/a profissional da informação, nessas unidades, são responsáveis pela sistematização de informações, que gerarão dados estatísticos, que por sua vez, contribuirão para que tenhamos dimensão da magnitude dessa violência, para possível monitoramento de políticas públicas que contribuam com enfrentamento da violência e igualdade de gênero.

A inserção do/a profissional da informação nesta unidade faz-se necessária tanto pela gestão da informação quanto pelas práticas informacionais que precisam ser desenvolvidas nos diversos canais de informação a fim de informar a população quanto aos serviços disponibilizados pelo CRMEB.

Nessa perspectiva, o/a profissional bibliotecário/a, com suas competências enquanto gestor/a da informação, torna-se apto a exercer a função demandada por esta unidade de informação e no enfrentamento da violência contra mulheres.

REFERÊNCIAS

10 ANOS da adoção da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: Convenção de Belém do Pará. **Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento**. Brasília: AGENDE, 2004. Disponível em: <<http://www.agende.org.br/docs/File/publicacoes/publicacoes/revista%20Convencao%20Belem%20do%20Para.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

AMARAL, C. C. G. et al. **Dores visíveis**: violência em delegacias da mulher no Nordeste. Fortaleza: REDOR/NEGIF/UFC, 2001.

AQUINO, M. A. A responsabilidade ético social como princípio de inclusão de negros (as) nas universidades públicas. In: AQUINO, M. A.; GARCIA, J. N. R. (Org.) . **Responsabilidade étnico-racial das universidades públicas e a educação da população negra**. João Pessoa: UFPB, 2011. p. 43-60.

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, mai./ago. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1683>> Acesso em: 17 jan. 2013.

BARRETO, A. de A. A questão da informação. **Revista São Paulo em perspectiva**, Fundação Seade, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: <http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

_____. Os Agregados de informação - Memórias, esquecimento e estoques de informação. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 3, jun/00. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000789&dd1=44786#>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

BLAY, E. A. **Violência contra a mulher e políticas públicas**, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006>. Acesso em: 04 fev. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações** (CBO), 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>> Acesso em: 06 abr. 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Brasil) - Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. – Brasília: A Secretaria, 2003.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p.351-360, 1991.

BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. do. A Questão do gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-214, dez. 2012.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspect. ciênc. inf.** Belo Horizonte, v. 12, n. 1, Jan./Abr., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100012>. Acesso em: 18 mar. 2013.

CARVALHO, M. E. P. de; ANDRADE, F. C. B. de; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e diversidade sexual**: um glossário. João Pessoa: Ed. Universitária/UEPB, 2009.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significados, construir conhecimentos e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2006.

CÔRTEZ, G. R. **Violência Doméstica contra Mulheres**: Centro de Referência da Mulher - Araraquara. 2008. Tese (Doutorado em sociologia) – UNESP, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030017P7/2008/cortes_gr_dr_arafcl.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

CÔRTEZ, G. R.; LUCIANO, M. C. F.; DIAS, K. C. O. A INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência, **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp. p. 134-151, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/14199/8105>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

COSTA, L. F. da; SILVA, A. C. P. da; RAMALHO, F. A. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ciência da Inf.**, Brasília, v. 39, n.2, Maio/Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010019652010000200011&script=sci_arttextn>. Acesso em: 17 mar. 2013.

DUARTE, E. N.; SILVA, A. K.; COSTA, S. Q. Gestão da informação e do conhecimento: práticas de empresa “excelente em gestão empresarial” extensivas a unidades de informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 97-107, 2007.

FERNANDES, I. C. da Cunha; FONSECA, V. P. da S. A. Cobertura da violência contra as mulheres nos jornais de Cabo Verde. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 215-228, jul./dez. 2012.

FERREIRA, M. F. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, p. 189-201, 2003.

FREIRE, I. M. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, [S.l.], v.5 n.1, fev/04. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_02.htm> Acesso em: 18 mar. 2013.

FREIRE, I. M.; ARAÚJO, V. M. R. H. de. A responsabilidade social da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 11, n. 1, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1554/1527>> Acesso em: 06 abr. 2013.

HARRIS R. Et al. Procurando por ajuda e informação: mulheres abusadas falam. (Tradução) Library & Information Science Research. Vol. 23 Ed. 2, 2001. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818801000664> Acesso em 11 abr. 2013

HOFMANN, S. G. **Biblioteca Universitária Informatizada: competências e habilidades do bibliotecário gestor**. 2004. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação, do Centro de Ciências da Educação – FAED, UDESC, Florianópolis, SC, 2004. Disponível em: <<http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/0000002C.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

IZUMINO, W. P. **Justiça e Violência Contra Mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume FAPESP, 1998.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MIRANDA, A. L. Ciência da Informação e a teoria do conhecimento Objetivo: um relacionamento necessário In: **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa, UFPB, 2002. p. 9-24.

MOTA, M. D. B.; MADEIRA, M. Z. A. **Feminino e feminicídio**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

MOVIMENTO FEMINISTA E DE MULHERES DA PARAÍBA. Dossiê sobre a violência contra as mulheres na Paraíba, 2012.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out./ 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm>. Acesso em: 03 abr. 2013.

NASCIMENTO, M. J. Informação e cidadania: necessidade e formas de busca por parte da mulher catarinense. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003.

NEVES, B. C.; PADILHA, M. C. N. A gestão da informação como proposta de inclusão em uma biblioteca especializada. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n.1, p. 39-46, jan./abr., 2012.

OKABE, I.; FONSECA, R. M. G. S. Violência contra a mulher: contribuições e limitações do sistema de informação. **Revista Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 453-458, 2009.

OLINTO, G. Indicadores de gênero para a sociedade do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 7., 2006, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006. 1 CD-ROM.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 61-86.

PRÁ, J. R. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, C.; PEDRO, J. M.; FAVERO, S. M. **Diversidades**. Santa Catarina, Mulheres, 2010. p. 81-102.

RUFINO, A. **Pancada de amor dói. E muito. Violência contra a mulher e saúde**. São Paulo: Casa da Cultura da Mulher Negra, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, v. 13, n. 4, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

_____. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: **SEMINÁRIO ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA**, 2001, Itu, São Paulo, 2001a, 21p. (Mimeografado)

SANTO, P. E. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317 - 332, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389/4744>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 12, n. 2, Maio/Ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000200060000>. Acesso em: 29 Fev. 2013.

_____. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos pagu**, (16) 2001. p. 31-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>>. Acesso em: 29 Mar. 2013.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**, 1989. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%A1nero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2013.

SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. A. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012.

SILVA, S. de S. Violência contra mulheres em Campina Grande. **VEREDAS FAVIP - Revista Eletrônica de Ciências**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2008.

SILVA, T. M. da. **A cor da violência: mulheres negras e violência doméstica no município de João Pessoa-PB**. João Pessoa: UFPB, 2008.

SILVA, J. de S. e; BARBOSA, J. L.; SOUSA, A. I. (Orgs). **Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-reitoria de extensão, 2006.

SILVEIRA, L. P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, S. G; SILVEIRA, P. L.; MIRIN, L. A. L. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-77.

SILVEIRA, R.S, NARDI, H.C, BARBEDO, C. G. Violências contra as mulheres e a Lei Maria da Penha: problematizações sobre as articulações entre gênero e raça. In: FAZENDO GÊNERO 9. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278115895_ARQUIVO_raque_l_da_silva_silveira_modelo_fazendo_genero.pdf> Acesso em: 08 Fev. 2013.

SOARES, B. M. **Enfrentando a Violência contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64p.

TARAPANOFF, K. (Org.) **Inteligência, informação e conhecimento em corporações Brasília:** IBICT, UNESCO, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001469/146980por.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da Violência 2012 Atualização:** homicídio de mulheres | Brasil, 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2013.

WOLF, T. M. *et al.* O empoderamento de mulheres através da inclusão digital. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 103-118, jan./jun., 2010.